



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Rita de Cássia Silva dos Santos

**ESCOLA PÚBLICA:
ESPAÇO DE REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?**

Rio de Janeiro/RJ
Outubro de 2015

RITA DE CÁSSIA SILVA DOS SANTOS

**ESCOLA PÚBLICA:
ESPAÇO DE REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?**

Trabalho de Final de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora:
Prof^ª Dr^ª Jussara Marques de Macedo

Rio de Janeiro/RJ
Outubro de 2015

RITA DE CÁSSIA SILVA DOS SANTOS

**ESCOLA PÚBLICA:
ESPAÇO DE REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?**

Trabalho de Final de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Monografia submetida à defesa

pública em: 20/10/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Jussara Marques de Macedo (Orientadora)
(UFRJ)

Prof Dr^a.Ana Paula Abreu Moura
(UFRJ)

Ms. Moacyr Salles Ramos
(UFF)

Rio de Janeiro/RJ
Outubro de 2015

Dedico este trabalho aos meus pais que, através de seu incentivo, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Reconheço que não foi tarefa fácil chegar até aqui. Durante o percurso acadêmico, me confrontei com diversos obstáculos como o cansaço mental, físico, desânimo, greve, paralisações, ansiedade, mas acima de todos esses sentimentos meu desejo pela busca do conhecimento foi maior. Por isso, expresso aqui minha enorme gratidão a todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste curso.

Quero expressar minha gratidão a minha família que sempre me apoiou e compartilhou de todos os momentos da minha vida escolar, me incentivando e buscando o melhor para mim.

Agradeço aos amigos que fiz na jornada acadêmica onde compartilhamos o conhecimento e desfrutamos de momentos prazerosos.

Agradeço a todos os amigos que de alguma maneira me incentivaram, sempre com uma palavra amiga, não permitindo que eu desistisse nos momentos de fraqueza.

Agradeço à UFRJ e aos professores que proporcionaram um amadurecimento intelectual, permitindo desenvolver meu olhar crítico acerca da realidade.

Agradeço, especialmente a minha orientadora professora Dr^a Jussara Marques de Macedo pela sua presteza, dedicação e cuidado que teve comigo. Sempre conduzindo a elaboração deste trabalho da melhor maneira possível, se mostrando mais que uma orientadora, uma amiga, com suas palavras de incentivo nos momentos difíceis e de desânimo.

E acima de tudo, agradeço à Deus por ser meu maior companheiro e estar sempre presente na minha vida.

Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica.

(Paulo Freire)

SANTOS, Rita de Cássia Silva dos. Escola públicas: espaço de reprodução ou transformação? 2015, ... f. Monografia [Curso de Licenciatura em Pedagogia] – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Tendo em vista uma realidade educacional, onde a escola se apresenta com uma proposta dualista, ou seja, uma educação diferenciada para a classe trabalhadora e outra para a classe dominante, nos propusemos a estudar de que maneira a escola pública brasileira vem contribuindo para a perpetuação desta lógica da reprodução. Nosso objetivo foi analisar a escola enquanto um Aparelho Ideológico do Estado (AIE) na medida em que reforça a exclusão social, contribuindo para a sociedade de classes. Para tal, tentamos utilizar o materialismo histórico dialético como metodologia da nossa pesquisa, uma vez que ele permite analisar a realidade além de sua aparência, entendendo o fenômeno através da sua essência. Como referencial empírico, tomamos por referência as Leis 5.692/71 e 9.394/96. Como resultado da pesquisa, verificamos que o Estado brasileiro, por meio da sua política de formação para a classe trabalhadora, reproduz as desigualdades de classe por meio da educação diferenciada. Concluimos que a educação está à serviço do capitalismo por meio da sua lógica excludente e desigual. Em contrapartida, apresentamos como alternativa, uma educação voltada para a emancipação humana, baseada na construção de uma sociedade efetivamente livre e igual.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Reprodutora; Escola Transformadora; Formação para o Trabalho

LISTA DE SIGLAS

AIE	APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO
BM	BANCO MUNDIAL
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES
MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEPÇÕES E FUNÇÕES.....	14
1.1. Reprodução das Desigualdades Sociais por Meio da Educação	14
1.2. A Escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE)	19
2. CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DAS LEIS 5.692/71 E 9.394/96.....	24
2.1. Políticas de Formação para o Trabalho da Classe Trabalhadora no Brasil	24
2.2. A Lei 5.692/71.....	26
2.3. A Lei 9.394/96.....	29
3. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA OU PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA?	33
3.1. O Contexto da Educação para a Cidadania	33
3.2. Fundamentos da Educação para a Emancipação Humana	36
3.3. Caminhos Possíveis de Formação Para o Trabalho da Classe Trabalhadora	37
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

A realização desse trabalho surgiu a partir de um outro trabalho proposto durante o curso, o tema me chamou bastante atenção e embora a ideia não estivesse amadurecida, pensei nele como possível tema de monografia. Minha inquietação diante da temática me motivou a estudar com mais afinco acerca da escola pública como uma instituição que está à serviço das classes dominantes para a perpetuação da sociedade capitalista. As disciplinas cursadas ao longo do Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro ratificaram minha vontade sobre a escolha do tema ao mesmo tempo em que serviram para nortear minhas ideias iniciais acerca do tema. Sendo assim, a escolha do fenômeno a ser observado foi feita, tendo como objetivo analisar as estratégias de formação para o trabalho da classe trabalhadora a partir das Leis 5.692/71 e 9.394/96 e, conseqüentemente, como isso contribui para a reprodução do sistema vigente, reproduzindo as desigualdades sociais, por exemplo.

Considerando a escola como um dos instrumentos da classe dominante para manter a divisão das classes, nos propomos analisar de que maneira isto é feito e imposto. Partimos do pressuposto de que a ideologia imposta pelas escolas, fará com que o indivíduo permaneça em seu lugar numa espécie de conformismo por meio de um processo de naturalização das coisas, onde o mesmo não “perceberá” e nem questionará, na maioria das vezes, o que lhe é imposto. Podemos dizer, que este processo está implícito nas relações sociais estabelecidas pela escola, uma vez que por meio da divisão social do trabalho, a escola através de ideias capitalistas, irá perpetuar a divisão de classes na sociedade por meio do trabalho. Com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, torna-se necessário a qualificação do sujeito e, é exatamente nesse ponto, que a escola atua, preparando o indivíduo para o mercado de trabalho. Porém, o que de fato ocorre é que, através dessa formação para o mercado de trabalho, a escola reforça a divisão das classes sociais, mantendo a relação patrão-empregado. Para atender a problemática do tema, objetivamos analisar as Leis 5.692/71 e 9.394/96 com vistas a compreender como cada uma direciona a formação para o trabalho da classe trabalhadora.

Nos pautamos no referencial metodológico do materialismo histórico dialético que trata do fenômeno além da sua aparência, buscando sua essência para alcançar o

verdadeiro sentido da realidade. O que pretendemos nesta pesquisa, através do materialismo histórico dialético, é apreender de que forma a escola assume-se como um AIE, responsável pela propagação de uma lógica excludente. Por isso, consideramos a escolha desta metodologia pertinente uma vez que a mesma nos permitirá enxergar este fenômeno na sua verdadeira essência, ou seja, entendemos que a compreensão da realidade não se dá apenas observando o fenômeno em si.

Kozik (1969) nos afirma que o pensamento dialético irá distinguir o fenômeno em si e sua representação. Neste sentido, Macedo relata:

O pensamento dialético livra o homem de pensar determinados fenômenos a partir do senso comum, dando-lhe condição de orientar-se no mundo, de conhecer os fenômenos e manipulá-los, mas nunca lhe proporcionando a compreensão das coisas e da realidade (MACEDO, 2011, p.34).

A metodologia adotada é consonante com nosso objetivo de pesquisa, uma vez que buscamos apresentar as concepções de escola e de como ela está a serviço da classe dominante. Exemplificaremos aqui o que Kozik (1969) denomina de pseudoconcreticidade quando afirma que os fenômenos presentes no ambiente entram no cotidiano do indivíduo e possuem um caráter independente e natural. “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1969, p. 15). Nosso intuito, nesta pesquisa, é deixar claro que por meio da ideologia as reais causas das desigualdades sociais são escondidas, tornando-as “naturais” aos olhos dos indivíduos. Isto pode ser exemplificado quando Kozik (1969) relata um dos elementos pertencentes ao mundo da pseudoconcreticidade, qual seja: “O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (Kozik, 1969, p. 15). Neste sentido, as condições da sociedade, suas desigualdades e divisões são frutos e consequências da atividade do homem e não causas naturais.

Por isso, devemos distinguir o fato concreto em si e sua representação. Neste sentido, trago o materialismo dialético como metodologia utilizada para essa pesquisa a fim de nos ajudar a distinguir o mundo da aparência e do real, do fenômeno e da essência. Nossa preocupação é deixar claro que existe uma ideologia fortemente passada aos cidadãos com valores inversos, isto fica claro, por exemplo, quando citamos e analisamos as Leis 5.692/71 e 9.394/96. Kozik (1969) com sua contribuição para o tema, nos alerta isso, quando afirma que a essência não é percebida de imediato,

é necessário a análise do fenômeno, ou seja, é necessário uma análise além da aparência para percebemos os valores que nos são impostos por trás de toda a ideologia que é transmitida pela escola.

A dialética não considera os produtos afixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade. (KOZIK, 1969, p. 21)

É preciso, portanto, fazer uma análise da totalidade do fenômeno, sem deixar de observar cada particularidade, para isso, segundo Kozik (1969) e Macedo (2011) devemos separar o fenômeno da essência para que assim possamos atingir o conhecimento da coisa, ou seja, a totalidade e particularidade serão elementos que nos permitirão conhecer o fenômeno na sua verdadeira essência, atingindo suas múltiplas facetas. “O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social estudada é o ponto de vista da totalidade concreta que carrega em si o significado de que cada fenômeno estudado pode ser compreendido como uma parte do todo” (MACEDO, 2011, p. 35).

Como dito, a essência vai além da aparência, tem um caráter mediato, a essência não é compreendida de imediato. A análise do fenômeno aqui estudado, nos permitirá entender as contradições entre teoria e prática, o que observamos nas leis e projetos para educação e o que de fato vemos no cotidiano, as políticas de formação para o trabalho voltado para a classe trabalhadora e o que há por trás delas, quais princípios e valores a elite burguesa quer transmitir com essas políticas.

Buscamos, através no materialismo dialético compreender o fenômeno da educação além de sua aparência como simples transmissora de conteúdos e valores a fim de manter a sociedade dividida em classes, buscamos sua essência para tornar a escola um espaço de liberdade emancipação da sociedade.

Desta maneira, acreditamos ser o materialismo histórico dialético a metodologia mais apropriada para a fundamentação da pesquisa, ela é responsável pela análise do fenômeno (neste caso a escola como aparelho ideológico do Estado) na sua essência, enxergando além da sua aparência. Para Ciavatta (2001, *apud* MACEDO, 2011, p.

36): “Se abirmos mão do específico, o conceito se tornará uma expressão vazia, que perde o conteúdo e o contato com a realidade”.

Através do presente trabalho, buscaremos contribuir para a discussão sobre as possibilidades de formação de uma sociedade mais justa e igualitária por meio da ruptura do processo de alienação que é imposto pela sociedade capitalista. Além disso, buscaremos demonstrar a educação enquanto um instrumento capaz de contribuir com a emancipação da classe trabalhadora. Sendo assim, de maneira singela este trabalho contribui para o meio acadêmico e social, uma vez que tem como propósito romper com a ideia de uma escola de caráter excludente e desigual e, apontar possíveis caminhos de formação para a classe trabalhadora.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles irá tratar da escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado e como a escola contribui com a lógica do capitalismo através da reprodução das desigualdades sociais e dos mecanismos de dominação por meio da divisão social. No segundo capítulo, abordaremos sobre as políticas de formação para o trabalho da classe trabalhadora e o contexto em que surgiram as Leis 5.692/71 e 9.394/96. No último capítulo, apresentaremos os conceitos de cidadania e emancipação no contexto educacional e, como alternativa a construção de uma sociedade justa e igualitária, apontaremos políticas de formação para o trabalho com vistas à emancipação humana.

1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEPÇÕES E FUNÇÕES

Novas formas de organizações sociais vão surgindo ao longo do tempo e, com isso, a educação vai ao encontro dessas novas concepções, adquirindo novas perspectivas de acordo com os objetivos e necessidades de cada sociedade. Temos, portanto, a educação como um ato social, fruto de uma construção histórica, responsável pela socialização, formação e desenvolvimento do indivíduo.

Partindo da premissa de educação como instrumento para promoção do homem, devemos refletir que tipo de cidadão queremos formar na escola. E para isso, abordaremos, neste capítulo, a educação e suas funções. Questões como educar para inserção no mercado de trabalho e qualificação da força de trabalho, educação como instrumento de socialização e promoção do indivíduo, educar para reprodução ou transformação foram questões centrais para discussão do nosso tema. As ideias de Freitag (1980) e Althusser (1985), serão necessárias para compreendermos o caráter reprodutivista que a escola assumiu, ao longo da história.

1.1. Reprodução das Desigualdades Sociais por Meio da Educação

Discutiremos, neste capítulo, a correlação entre a educação e reprodução das desigualdades sociais por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) de Althusser que os definiu como um sistema de instituições, organizações e práticas bem definidas. Assim, verificamos que nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia” (ALTHUSSER, 1985). Como exemplos desses aparelhos podemos citar a Igreja, a família, a política e a escola, objeto de estudo. Reconhecemos aqui o caráter limitado de Althusser quando ao discutir sobre os AIE, não sugere alternativas para romper com a lógica capitalista e seus modelos de segregação social, como discutiremos posteriormente.

Estes aparelhos do Estado caracterizam-se pelo uso da ideologia para atingirem seus objetivos, ou seja, é por meio dos AIE que ocorre a reprodução das relações de produção e a manutenção das relações de exploração a que a classe trabalhadora é submetida.

Assim, a escola se torna um importante e, talvez, o mais importante, AIE porque, a criança passa grande parte da sua vida nela e, com isso, é possível que uma

lógica excludente seja naturalmente transmitida e reforçada na sua formação. A escola, sob uma falsa perspectiva de que é neutra, transmite a seus alunos aspectos que permitem aos indivíduos acreditarem nas desigualdades e injustiças sociais como processo natural da sociedade. A escola, portanto, funciona como uma grande mantenedora dessa lógica capitalista que invertendo os valores e, ao mesmo tempo, dá um tom de naturalidade a esse processo.

Para tal, o Estado se utiliza desses aparelhos para transmitir sua ideologia a fim de reproduzir a lógica dominante existente. Na verdade, o que temos é um processo de naturalização e inversão dos valores. Com base nesse pressuposto o fracasso do indivíduo relaciona-se à falta de capacidade, competência, até mesmo, um certo grau de conformismo que é passado como se fosse natural. Consequentemente, justifica-se o sucesso, o fracasso, a riqueza e a pobreza. As relações e fatos sociais são justificados pela sociedade como fruto do esforço de cada um.

Deste modo, a educação passa a ter um papel fundamental neste processo, atuando na reprodução das relações sociais existentes. A educação é revestida de uma maneira que nos leva a crer que ela é a única forma de ascensão social através do esforço de cada indivíduo. Buscamos aqui desmistificar essa ideia e mostrar, como na realidade, a educação tem um caráter reprodutivista, contribuindo para a perpetuação dos ideais da classe dominante imprimindo, desta forma, um caráter reprodutivista da escola. Althusser (1985) afirma que a escola atua na formação das sociedades modernas gerando as forças de produção necessárias para garantir as relações sociais desiguais. A escola se utiliza de um discurso ideológico a fim de legitimar a relação de exploração e dominação a que os indivíduos são submetidos. Na verdade, esse discurso contribui para uma forma de alienação, presente na sociedade, principalmente entre os mais pobres. Compreendemos que a escola está à serviço da sociedade capitalista, assegurando a ela, através dos saberes transmitidos durante a vida escolar, os elementos necessários para que os sujeitos se conformem com as relações sociais desiguais que permeiam nossa sociedade. Para Luckesi: “A escola, segundo a análise de Althusser, é o instrumento criado para otimizar o sistema produtivo e a sociedade a que ele serve, pois ela não só qualifica para o trabalho, socialmente definido, mas também introjeta valores, que garantem a reprodução comportamental compatível com a ideologia dominante” (LUCKESI, 1994, p. 45).

Neste sentido, a ideologia é forte aliada do Estado, uma vez que corrobora com as ideias de exploração, favorecendo as políticas de dominação da burguesa. Esses ideais mascaram e inibem as causas das injustiças sociais, culpando o indivíduo pelo seu mau desempenho na sua trajetória escolar e, conseqüentemente, na vida. Os interesses da classe dominante são transmitidos de maneira que soam como naturais. Desta forma, o AIE coloca-se “a serviço das classes dominantes” e, na luta de classe travada pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é que o Estado define sua “função” fundamental (ALTHUSSER, 1985).

A ideologia pode ser definida como um conjunto de ideias que são transmitidas a uma classe por meio de uma realidade distorcida com valores invertidos e que pretendem manter as relações sociais submissas entre os indivíduos, cujo objetivo é manter a ordem capitalista burguesa. Compreendemos que, na divisão de classes, a relação entre explorado e explorador, dominador e dominado não é algo natural da sociedade embora, os conceitos transmitidos pela ideologia fazem com que pareça que seja isso.

Do ponto de vista crítico, o trabalho pode ser estabelecido como um elo que liga o homem à natureza e a outros homens. A divisão do trabalho expressa, na verdade, as relações de dominação de um indivíduo sobre o outro, porque dentro dessa ótica, uns são proprietários, detentores dos bens de produção e outros são fornecedores da força de trabalho. Nesta divisão estão implícitas as desigualdades sociais.

A essa relação Marx (s/d), deu o nome de relações sociais de produção. Para ele, essas relações levam o trabalhador a alienação, já que ele separa o produto final do processo de seu trabalho. As relações de dominação e exploração passam a ser vistas pelo trabalhador com um aspecto natural. O resultado é um processo de naturalização das relações sociais, quando os dominados têm uma imagem invertida dos processos. Uma imagem invertida dos fatos sociais é transmitida aos explorados, de forma que eles não percebam as reais causas das desigualdades. A ideologia age, neste sentido, naturalizando uma sociedade dividida em classes, repleta de injustiças ao mesmo tempo em que justifica essa divisão de classes.

Com base nos estudos de Marx (s/d), observamos que com o surgimento do capitalismo há uma divisão do trabalho, contrário do que havia no feudalismo com seu processo de confecção manual, feito pelo trabalhador, de forma única. Ou seja, um

único artesão participava de todas as etapas da produção. No capitalismo, o trabalhador não tem mais acesso ao produto final do seu trabalho. Na fabricação de um carro, por exemplo, cada trabalhador é responsável por fazer determinada parte do carro. O trabalhador recebe em troca um salário, porém, seu salário não corresponde ao seu trabalho realizado. Desta maneira, a relação homem e trabalho e natureza, adquire uma nova percepção. O homem sempre teve uma relação intimamente ligada com natureza, porém com o surgimento do capitalismo, o trabalho é visto como algo alheio ao homem. A transição do sistema feudal para o capitalista trouxe a separação entre o trabalho manual e o intelectual. O que temos a partir deste modelo de sociedade são os detentores das fábricas, das forças de trabalho e, os trabalhadores que apenas possuem sua força de trabalho. Isso caracteriza, de um lado, uma elite que explora o trabalhador e, de outro, o proletariado, ou seja, a classe trabalhadora que vende sua força em troca de um salário. O trabalho passa a ser fonte de sobrevivência do indivíduo e, torna-se uma forma de dominação.

A afirmação de Marx (s/d) sobre a alienação, nos leva a perceber as formas como o indivíduo é explorado, separado de seu produto final na produção, o homem não pode nem sequer adquirir o que está produzindo. Torna-se claro, que com isto, novas necessidades são introduzidas na sociedade, o homem trabalha em troca de um salário e não mais para consumo próprio. Temos, portanto uma alienação do trabalhador tanto no que se refere à separação do produto final fruto de seu trabalho – na medida em que não toma conhecimento daquilo que é produzido –, quanto aquisição desse produto – aquilo que o trabalhador produz não será um bem que ele poderá comprar. Diante desse cenário, a alienação torna-se algo inerente à sociedade capitalista, e a partir daí a classe trabalhadora passa a desenvolver uma espécie de conformismo.

Este processo de alienação por meio do trabalho, corrobora com a manutenção da ordem capitalista no poder uma vez que educação, em nossa sociedade, é a principal responsável pela formação dos sujeitos. Desta forma, também provoca a naturalização das diferenças sociais. Neste sentido, a educação passa a ter papel primordial nas relações sociais, visto que, através da ideologia da classe dominante, as políticas educacionais serão voltadas para as exigências do mercado de trabalho. Este modelo de educação mercadológica, irá refletir na prática docente, o professor torna-se alheio ao seu trabalho, sendo apenas um mero executor de políticas externas em sua

prática. Por meio dos ideais capitalistas, a prática docente sofre limitações, uma vez que deverá atender as expectativas impostas por políticas educacionais que visam não apenas a legitimização, mas também, a perpetuação das classes sociais.

O resultado dessa dinâmica é uma sociedade dividida em classes que naturalizou conceitos como dominação, hierarquia, divisão e exploração, por exemplo. Neste contexto, a ideologia contribui para reforçar tais preceitos. É aí que a escola entra como um importante aliado do capitalismo, com seus ideais e currículos que são transmitidos a seus alunos, reafirmando uma sociedade repleta de injustiças sociais e, reproduzindo as desigualdades nela existentes, perpetuando assim, as desigualdades.

Althusser retrata bem isso quando discute sobre os diferentes tipos de aparelho que o Estado usa para fazer prevalecer seus ideais. Com suas próprias palavras afirma:

Assim, limitemos os exemplos à Escola e à Igreja: estas “amestram” através de métodos apropriados de sanções (outrora, em todo o universo, e ainda agora, muitas vezes, físicos, e é claro, morais”), de exclusões, de seleção, etc., não só seus oficiantes (professores e padres), mas também suas ovelhas (alunos, fiéis, etc.) (ALTHUSSER, 1985, p. 113).

Percebemos que há uma educação diferenciada para as diferentes classes em nossa sociedade a fim de manter uma ordem social existente. O que pretendemos destacar aqui é que a escola atuará neste objetivo. Através de uma ideologia, a classe dominante passará aos indivíduos valores que, na verdade, não passam de ideias de conformismo para manter cada classe em seu “lugar”. Segundo Althusser (1985), o Estado dispõe de diversas instituições que ajudarão nesse processo.

Antes, porém, ressaltamos que trabalharemos com a concepção de ideologia como um mecanismo que trata de dissimular uma falsa realidade sobre as coisas. Neste sentido, efeito e causa são invertidos, fazendo com que os indivíduos aceitem sua condição de subalternos. Essa condição é facilmente aceita porque a ideologia faz com que a sociedade de classes seja consequência de um processo natural. Segundo Chauí (2008), a ideologia é um fenômeno histórico social que trata as divisões da sociedade como algo inato da sociedade e não como fruto relações sociais. É justamente esse mecanismo que oculta as verdadeiras causas da desigualdade e faz com que os sujeitos não se revoltam diante da situação de exploração.

O fenômeno da ideologia é usado para mascarar as relações de dominação e exploração impostas pela classe burguesa. Os interesses da sociedade são vistos como universais, mas na verdade eles representam apenas os interesses da classe dominante para que os mesmos se mantenham no poder. Nas palavras de Chauí:

A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com a sua classe é a da submissão a condições de vida e de trabalho pré-fixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa reconhecer-se como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe decorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino (CHAUÍ, 2008, p. 30).

Para que a sociedade capitalista se consolide no poder, a ideologia através de seus AIE como a escola, por exemplo, propaga princípios que invertem os valores da sociedade, provocando na sociedade o processo de naturalização da condição social, como fruto, apenas, do esforço de cada indivíduo e não consequência das relações legitimadas e, assim, ideais como conformismo são inseridos na sociedade sem que ela perceba ou mesmo por meio do consentimento. Assim, temos a sensação de que somos todos iguais perante a Lei e que, por isso, temos as mesmas condições de existência. Diante deste cenário, supostamente igualitário e justo da sociedade, o sistema capitalismo, por meio da ideologia transmitida, justifica o fracasso do indivíduo como uma questão de mérito, ou seja, o indivíduo é levado a acreditar que a capacidade intervir na trajetória do indivíduo.

No sentido de continuidade da discussão, abordaremos, a seguir a forma como o sistema escolar tem contribuído para a perpetuação da sociedade de classes.

1.2. A Escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE)

Partindo da premissa de que a educação é um ato social, compreendemos a escola como uma dessas instituições sociais e, portanto, responsável por manter a ordem social vigente, reproduzindo a lógica da sociedade de classes. Isso tem se dado através do discurso da neutralidade e por meio de valores capazes de perpetuarem a estrutura da sociedade.

Freitag (1980) afirma que este mecanismo de transmissão de saberes e valores transmitidos pela escola, reforçam as desigualdades na sociedade. Por meio de uma

ideologia imposta, os indivíduos são submetidos a uma lógica excludente, acreditando serem os responsáveis por seu fracasso. Neste sentido, o desempenho de um indivíduo na sua vida dependerá dele e de seu “esforço” pois, geralmente “a exclusão é explicada em termos de falta de habilidades, capacidades, mau desempenho, etc., colocando-se o sistema educacional como árbitro neutro” (FREITAG, 1980, p. 20).

O que entendemos a partir da análise de Freitag (1980), é que uma sociedade dividida em classes expressa o êxito de cada indivíduo deve estar intimamente associado às suas capacidades e habilidades, o que é naturalmente justificado pela ideologia transmitida na escola. Observamos, portanto, que a escola se caracteriza como uma instituição que não só legitima a divisão de classes, mas também, assume um caráter de reprodução da sociedade de classes. A partir disso, podemos afirmar que a função do sistema escolar, na sociedade capitalista, contribui para a reprodução das relações sociais e suas estruturas.

Por meio da qualificação, o indivíduo vê a chance de crescimento necessário para o sucesso em sua trajetória. A escola atuará nesta corrente de pensamento, uma vez que fornecerá ao indivíduo meios para que ele desenvolva e aprimore, minimamente, sua força de trabalho. Com uma formação voltada para a qualificação para o trabalho, a escola se tornará um espaço de qualificação para o mercado de trabalho, ou seja, ela será um espaço de desenvolvimento das aptidões e habilidades necessárias para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. O que não fica claro, porém, é que por trás dessa política de formação da classe trabalhadora, há a intenção apenas de reproduzir as relações de produção já existentes, mantendo cada indivíduo em seu “lugar”. A partir desta análise, entendemos que este tipo de formação irá reforçar a divisão social do trabalho, mantendo a estrutura de classes existente. A classe trabalhadora permanecerá sendo força de trabalho empregada no uso relações de produção e, sob uma falsa ilusão, acreditarão que esta será a única maneira para alcançar o sucesso.

O que acontece, porém é que a força de trabalho utilizada pelo indivíduo não corresponde com o ganho referente à realização do seu trabalho. A escola será responsável por inculcar em seus alunos, ideais que os mesmos não percebiam que estão sendo explorados e que, na verdade, essa relação de produção não passa de uma maneira de manipulá-los de maneira que não a percebiam. Visto que essa relação é desigual e, a classe trabalhadora não é recompensada proporcionalmente à sua força de

trabalho empregada, temos uma relação estabelecida a partir da exploração, tornando o indivíduo alienado. O resultado desta lógica é a sensação de que todos são iguais na sociedade e possuem as mesmas oportunidades, ficando a responsabilidade de vitórias/perdas, sucesso/fracasso como resultado do esforço produzido por cada indivíduo. Como destaca Freitag:

[...] a escola preenche a função básica de reprodução das relações materiais e sociais de reprodução. Ela assegura que se reproduza a força de trabalho, transmitindo as qualificações e o *savoir fare* necessários para o mundo de trabalho e faz com que ao mesmo tempo os indivíduos se sujeitem à estrutura de classes (FREITAG, 1980, p.27).

Isto fica claro, também na obra de Althusser (1985), quando definiu os AIE destacando a escola como uma das principais instituições responsáveis pela reprodução das relações de produção. Althusser (1985) aponta a escola como um AIE, uma vez que esta difunde valores necessários a manutenção e perpetuação da ordem social. O autor evidencia que os conteúdos, valores e padrões de comportamento são legitimadores das desigualdades sociais.

Para Althusser:

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores (ALTHUSSER, 1985, p.80)

Este processo é naturalmente aceito devido ao aspecto de neutralidade e imparcialidade que a escola apresenta. Ainda nas palavras do autor:

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia [...] (ALTHUSSER, 1985, p. 80).

Entendemos, portanto, que a escola sob um discurso ideológico irá garantir as relações de produção já existente, visto que é na própria escola que as relações dicotômicas são produzidas, garantindo assim a relação de dominação de uma classe sobre a outra. Segundo Bourdieu *apud* Freitag (1980), o sistema educacional assegura a transmissão do poder e dos privilégios à classe dominante e impõe normas e valores

que caracterizam as classes sociais. Este mecanismo conforme Althusser (1985), irá manipular a classe oprimida de maneira que não perceba as injustiças sociais e suas verdadeiras causas contribuindo, desta forma, para que a burguesia se mantenha no poder.

A escola com seu modo de reprodução das relações sociais de reprodução submete os indivíduos, através do ensino, a formarem diferentes padrões de comportamento. Assim, a escola como espaço de formação dos sujeitos, transmite diferentes valores de acordo com a classe que pertencem. Essa diferenciação no tratamento dos indivíduos será responsável pela manutenção da divisão social, fazendo com que as classes burguesa e trabalhadora se mantenham a fim de perpetuar as relações entre explorados e exploradores. O que se evidencia, é que a escola deixa de ser um espaço de construção da emancipação humana¹ e torna-se um espaço de reprodução e perpetuação das condições sociais vigentes.

Desta maneira, fica claro que, com base nos estudos de Althusser (1985), os AIE garantem a hegemonia da classe dominante. Assim, os valores, saberes e conhecimentos tornam-se um dos mais importantes instrumentos de perpetuação da sociedade de classes utilizados pela escola. É por meio da escola, também, que as relações de produção capitalista são legitimadas e reproduzidas como naturais. Normas de convivência e padrões de comportamentos são impostos pela sociedade e a escola atuará nesta reprodução, fazendo com que esses valores sejam transmitidos de uma geração para a outra. Conforme ressalta Freitag (1980), é no processo educacional que essas coisas, ao mesmo tempo que são impostas de fora do indivíduo, são por ele “internalizadas” e, com isso, reproduzidas e perpetuadas na sociedade (FREITAG, 1980, p.10). É justamente neste sentido, onde a ideologia irá atuar, já que a escola é um espaço de formação, ela ficará incumbida de formar sujeitos capazes de reproduzir as condições necessárias para manter a lógica capitalista. E mais do que isso, a ideologia transmitida pela escola faz com que os indivíduos aceitem passivamente essa condição.

Outro ponto que torna a escola o principal AIE é o fato dela ser um espaço onde o indivíduo passa sua maior parte do tempo e abrange todos os níveis, da infância à fase adulta, possibilitando, desta forma, inculcar valores dissimulados através de

¹ Posteriormente, discutiremos as possibilidades de a escola formar o indivíduo para a emancipação humana.

uma ideologia, desenvolvendo, assim, uma falsa consciência por parte do indivíduo e, o mais complicado é que este processo se dá por meio da obrigatoriedade e gratuidade. Freitag (1980) aponta que a escola atende, plenamente, aos interesses da estrutura de dominação, uma vez que ela mesma é responsável por transmitir as justificativas e legitimações dessa divisão social que fazem com que os indivíduos aceitem sem contestar sua condição de subalternidade.

2. CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DAS LEIS 5.692/71 E 9.394/96

Neste capítulo discutiremos a formação para o trabalho e em que contexto isso se dá. Procuramos, através da análise das Leis 5.692/71 e 9.394/96 estabelecer relações entre as proposições do Estado no que se refere a implementação de suas políticas que, contribuem ou não, para a manutenção e divisão da sociedade de classes e, de que forma se legitima as desigualdades geradas por essa divisão e pelas políticas de formação da classe trabalhadora. Para isso, investigamos o contexto político e econômico em que foram implantadas essas Leis, para compreender melhor, a forma como elas definiram a formação profissional por meio do um ensino profissionalizante.

2.1. Políticas de Formação para o Trabalho da Classe Trabalhadora no Brasil

Com o advento do capitalismo, novas formas de organização da sociedade foram estabelecidas, surgindo, assim, novas formas de produção. Neste sentido, a educação adquire um novo significado, passando a ser elemento importante nesse cenário, visto que com a nova demanda no mercado de trabalho, a educação ganha valor econômico. Com essa visão mercadológica que a educação adquire, a relação com o mundo do trabalho se torna cada vez mais estreita. Neste contexto, educar não é considerado como um processo social e cultural com objetivos voltados para a emancipação humana e desenvolvimento crítico do cidadão, mas sim como um processo econômico com finalidade de desenvolver as competências e habilidades individuais para inserção no mercado de trabalho, segundo a ótica do capital. Para isso, diversas políticas no campo educacional, voltadas para a formação do trabalhador, são adotadas para que esse novo modelo de educação atenda às exigências capital. Através da escola e sua ideologia, somos levados a acreditar que esse tipo de educação, proposto pela sociedade capitalista, é o que de mais avançado existe para a população.

Com um novo modelo de produção se formando, é necessário formar força de trabalho qualificada para o desenvolvimento de atividade laborais. Baseado nesta

lógica, o Estado vai desenvolver, através de Leis, políticas de formação para o trabalho da classe trabalhadora. Através dessa divisão do trabalho, o Estado irá justificar o uso da educação apenas para qualificar os cidadãos para, desta forma, inseri-los no mercado de trabalho, deixando de lado uma formação voltada para a promoção de um indivíduo crítico e consciente.

Ao analisarmos as políticas de formação da classe trabalhadora no Brasil, percebemos que ela sempre esteve pronta para atender, minimamente, as exigências econômicas ou sociais da sociedade, seja se adequando às novas demandas econômicas ou para reforçar a divisão de classe por meio do trabalho. Conforme Souza:

Já no período de 1945 a 1964, a educação da classe trabalhadora é repensada no sentido de adequá-la às novas exigências do modelo econômico voltado para a internacionalização do mercado interno, o que fortalece a influência empresarial na educação da classe trabalhadora, de forma indireta, na escola básica – formação profissional em sentido lato – e de forma direta na formação profissional em sentido restrito, especialmente no ensino profissionalizante, com vistas na consolidação do capital monopolista no país (SOUZA, 2002, p. 8).

O referido autor (2002), retrata bem este quadro ao discorrer sobre a história da formação para o trabalho da classe trabalhadora no país. Em sua análise, faz um panorama sobre como a educação esteve ausente para esta classe e, quando não, foi oferecida de forma precária. Esta concepção de educação a que nos referimos corresponde a uma educação com foco na promoção do indivíduo. Ao analisarmos a história da educação brasileira, identificamos uma proposta de educação voltada para o trabalho. A partir das contribuições de Souza (2002), observamos que ao longo da história, diversas políticas de formação para o trabalho foram desenvolvidas para a classe trabalhadora como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outros. Estas políticas, revestidas na forma de Lei ou cursos alternativos, constituíam a denominada ideologia do trabalho, como afirma Souza (2002).

Esta nova formação para o trabalho consiste no ensinamento de técnicas e treinamento de aptidões pessoais e constituem um modelo de educação profissionalizante necessários para manutenção da ordem capitalista. A educação com vistas na inserção no mercado de trabalho reflete, na realidade, a reprodução das relações de produção do modelo capitalista. Com isso, as relações entre educação e

trabalho ficam cada vez mais estreitas, imprimindo um modelo que restringe apenas a preparação e qualificação do indivíduo para exercer uma função no mercado de trabalho.

No capitalismo, o trabalho ganha um significado mais complexo, portanto é exigido do trabalhador técnicas e habilidades mais elaboradas. Neste sentido, a educação seria um importante instrumento de qualificação da classe trabalhadora. Daí a necessidade do Estado implementar políticas que tivessem como foco a formação para o mercado de trabalho, garantindo assim, a manutenção das relações de produção e suas divisões e hierarquias responsáveis pelas desigualdades sociais. Conforme Souza:

É evidente que a evolução do ensino no Brasil tem estado articulada, sobretudo, com a história da divisão do trabalho na sociedade e na educação, e tem sido demarcada pela distinção entre formação para o trabalho simples para as classes subalternas e formação para o trabalho complexo para as elites (SOUZA, 2002, p. 9).

Percebemos, portanto, uma educação dualista, uma voltada para a classe trabalhadora com foco no desenvolvimento técnico e outra voltada para a formação intelectual para a elite. Desta maneira, é perceptível a maneira como a educação é organizada no Brasil, de forma que atenda as expectativas da classe dominante responsável pela manutenção da divisão social.

Destacaremos, nos tópicos a seguir, algumas dessas políticas de formação para a classe trabalhadora materializadas na forma da Lei.

2.2. A Lei 5.692/71

A fim de manter o controle social e político o governo criou uma série de medidas que estavam ligadas à educação. A política educacional adotada no período de 1964 a 1975 refletia os interesses econômicos da burguesia. Destacamos, também, nesse contexto, que esse conjunto de medidas adotadas tinha o propósito de reproduzir as relações de classe. Na verdade, a política educacional implementada representava os interesses burgueses, porém seu discurso dizia contemplar os interesses de todos os cidadãos. Por isso, essa política visava alcançar os estudantes e operários com interesse de reproduzir os modos de produção já existentes e, desta forma, controlar o grupo da classe trabalhadora.

Freitag (1980) ao analisar as políticas educacionais durante o período de 1964 a 1975, toma como ponto de partida a reorganização que a sociedade assume com o novo cenário econômico e ressalta a influência militar nessa nova estrutura. Há uma reestruturação dos aparelhos ideológicos do Estado e as forças armadas tornam-se um novo aparelho utilizado pelo Estado para controlar a sociedade. Na verdade, o Estado deseja tornar a presença militar como condição essencial para garantir a segurança nacional e o desenvolvimento da nação. Como forma de nortear uma nova política no campo da educação algumas Leis foram promulgadas durante esse período. Para Freitag:

A política educacional brasileira, que se apropriou sem questionamento desses modelos da economia da educação, passará a redefinir e refuncionalizar o conceito de educação. Se até a LDB o caráter econômico da educação em sua função reprodutora da força de trabalho não havia sido descoberto, o governo militar passará a ajustar definitivamente o sistema educacional aos múltiplos interesses do capitalismo brasileiro (FREITAG, 1980, p. 107).

A Lei 5.692/71, elaborada durante a ditadura militar substituía quase toda a Lei 4.024/61, e tinha como propósito a reforma do ensino de 1º e 2º graus, no sentido de atender aos interesses econômicos e ao mesmo tempo, reordenar a sociedade. Para tal, uma reforma educacional era muito pertinente em tempos de ditadura. Através da reformulação do currículo e de um novo discurso ideológico, os ideais da burguesia poderiam ser divulgados e colocados em prática para manutenção da ordem e perpetuação de uma sociedade voltada para a exclusão, conformação e manutenção das desigualdades.

O contexto político vivenciado na época, instituía ideais como o nacionalismo e o desenvolvimento da nação. O militarismo pregava um governo autoritário, centralizado e burocrático apoiados numa ideia de expansão e desenvolvimento da economia, ao mesmo tempo em que tinha como propósito gerar nos cidadãos sentimentos de nacionalismo e patriotismo. Não havia espaço para movimentos de cunho democrático e qualquer tentativa de manifestação caracterizados pela promoção da liberdade ou democracia eram impedidos ou abafados pelo governo ditatorial. O conjunto social, econômico e político durante este período articulava a concepção de uma nação repleta de cidadãos a favor da ordem e o do crescimento econômico do país. O governo militar procurou despertar nos indivíduos ideais de cidadania e de uma nova ordem social.

Este modelo de Estado, criado pelo governo militar, é baseado num Estado burocrático capaz de controlar e centralizar o poder em suas mãos, não deixando espaço para exercício da democracia. Com o poder centralizado, o governo está apto para atender aos interesses da classe dominante e, maneira, ratificar e perpetuar a sociedade de classes.

Esta Lei promoveu mudanças na estrutura organizacional da educação. O ensino de 1º grau passa a ser obrigatório e gratuito em escolas públicas, o 1º ciclo do ginásio deixa de fazer parte do ensino médio e é absorvido pelo ensino primário, caracterizando uma nova estrutura das séries. Algumas disciplinas como Moral e Cívica são incluídas no currículo, como resultado do governo militar de desenvolver nos cidadãos um espírito de patriotismo.

Este modelo de currículo proposto, pela Lei 5.692/71, aponta como objetivos gerais do 1º e 2º graus a autorrealização do aluno, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania. Freitag (1980) faz uma análise da profissionalização do ensino uma vez que fica atribuída à escola a responsabilidade de formar e preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, como exigência do governo militar respaldado pelo discurso do desenvolvimento econômico.

Nesta análise Freitag (1980) discute a respeito da forma como a qualificação para o trabalho está intimamente ligada à relação de classes existente na sociedade. Com a promulgação da Lei, fica claro que a profissionalização por meio do 2º grau tinha caráter de terminalidade dos estudos, ou seja, os jovens ao finalizarem este nível de ensino, deveriam ingressar no mercado de trabalho. Para Freitag (1980), esta seria uma forma de conter os jovens e, assim, impedi-los de prosseguir os estudos deixando de haver a pressão para o ingresso no ensino superior. O ensino médio serviria como um filtro capaz selecionar somente alguns indivíduos para continuarem seus estudos enquanto outros seriam inseridos no mercado de trabalho. Este mecanismo iria reforçar a reprodução de classes. Assim:

Assegurada a contenção, estaria assegurada a reprodução das relações de classe. Abandonariam a escola somente aqueles que não tivessem mais condições para estudar, vendo-se forçados a ingressar no mundo do trabalho. Continuariam estudando aqueles cujos pais pudessem financiar estudos. A separação entre as classes ficaria ainda mais reforçada, se o ensino pago ao nível médio e superior previsto na lei fosse realmente efetivado (FREITAG, 1980, p. 95).

A profissionalização do ensino aqui discutida reflete uma nova organização no sistema escolar, o novo currículo baseado na Lei indica uma relação estreita entre escola e mercado de trabalho. Mais do que isso, a formação profissional tem como pressuposto gerar e fornecer ao mercado de trabalho força de trabalho, ou seja, a educação assumiria a função apenas de reproduzir a força de trabalho para o mercado e, com isso, as relações de produção ficariam cada vez mais reforçadas. Neste sentido, a escola passa a atender a demanda do mercado de trabalho e não tem como preocupação a formação crítica do indivíduo. Segundo Freitag:

A política educacional passará – com auxílio do planejamento – a transformar o sistema educacional de tal maneira que ele cumpra todas as funções de reprodução necessárias à manutenção das relações de produção. Se em períodos anteriores a educação já preenchia as funções de reprodução da estrutura de classes, da estrutura do poder e da ideologia, agora passará a assumir mais uma, a de reprodução da força de trabalho (FREITAG, 1980, p. 107).

O que podemos destacar sobre os planos de educação implementados no período de 1964 a 1975, é que eles mudam o conceito de educação. A educação assume um novo caráter qual seja, estar relacionado com a economia, e com os interesses do governo militar com o objetivo de expandir a ideia de que a educação, voltada para o mercado de trabalho, é um investimento na medida busca o desenvolvimento da nação. Freitag (1980) traz à tona essa reflexão quando pontua que nesta concepção a educação não é entendida como um processo libertador do trabalho, ao contrário, a educação visa a preparação para o trabalho. Observamos que a partir desta lógica, o Estado, através da ideologia transmitida pela escola, fará com que o indivíduo entenda que seu esforço para este tipo de educação profissionalizante se reverterá em seu benefício.

2.3. A Lei 9.394/96

A década de 1990 foi marcada por uma série de mudanças políticas, sociais e econômicas. A partir deste novo cenário uma nova ordem mundial foi consolidada e o capitalismo sofreu uma reestruturação. Esse processo refletiu uma nova forma de produção e acumulação. Para atender esse novo modelo econômico, a sociedade adquiriu novas formas de organização. No intuito de atender essa demanda, uma série de reformas no campo da educação foram feitas.

Essas reformas têm como objetivo garantir a oferta de educação básica a todos, ou seja, o Estado tem como propósito que os indivíduos adquiram um mínimo de conhecimento comum a todos. O que observamos, porém, é uma preocupação do Estado em adequar a sociedade à nova realidade econômica, ou seja, a educação básica iria atender às novas exigências impostas pelo atual modelo de produção. Neste sentido, a educação assume uma relação com a formação para o trabalho. Tem-se a ideia de uma educação como preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho.

Entendemos, portanto, que os anos de 1990 trouxeram uma série de transformações seja na economia ou na política ou nos novos padrões de produção, consumo e acumulação. Com isso, fez-se necessário implementar políticas educacionais que norteassem a educação de maneira que a mesma atendesse essas novas exigências.

Deste modo, a educação estará associada à ideia de empregabilidade, ela passa a ser requisito primordial para acesso ao mercado de trabalho. Oliveira (2001) nos alerta para o sentido que a educação básica ganha, neste final do século XX, apontando a educação como condição primordial para a empregabilidade e conseqüentemente para a ascensão social. Neste contexto, educação e emprego caminham dentro da mesma lógica. Garantir a expansão da educação básica para toda a população significa garantir uma educação para a empregabilidade. Este modelo de educação, proposto pelo Estado, caracteriza uma sociedade permeada pela falsa ideia de que a relação sucesso/fracasso está diretamente relacionada a suas qualificações e habilidades desenvolvidas no espaço escolar, ou seja, o indivíduo acredita no discurso de uma relação direta entre educação para o mercado de trabalho e conseqüentemente sua ascensão social.

O cenário dos anos de 1990, a partir dos aspectos da modernização, globalização, democracia, refletem uma reestruturação do capitalismo e, para se adequar a esse novo modelo econômico, é exigido da educação a redefinição de seus conceitos. Neste sentido, Arelaro (2000) afirma que o novo papel da escola e da gestão educacional deve atender às exigências do mercado e por isso, destaca:

Essa extravagância política exigiria da educação a definição de novo papel para a escola e um novo padrão de gestão educacional, em que a racionalidade e os critérios de mercado passassem a constituir novos referenciais de competência administrativa e pedagógica, para as escolas e os sistemas de ensino (ARELARO, 2000, p. 100).

O governo, apoiado nos ideais do neoliberalismo e amparado por uma justificativa de modernização do Estado, propunha diversas reformas educacionais na década 1990. Citaremos aqui, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) que tinha como propósito a reorganização da educação básica compreendida como educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Estas medidas tinham como objetivo o progresso da economia, rompendo, assim, com o modelo nacionalista proposto pelo governo durante a ditadura militar, como vimos no tópico anterior.

Arelaro (2000) afirma que a com a aprovação da Lei 9.394/96, novos conceitos como descentralização, autonomia, gestão e avaliação educacional foram inseridos no contexto educacional. É importante frisar que a década de 1990 é marcada por uma série de privatizações das empresas estatais, transferências de responsabilidades sociais, ou seja, o governo através de um conjunto de medidas procura descentralizar determinadas responsabilidades transferindo-as a outros setores ou grupos privados.

Percebemos, a partir da promulgação da Lei 9.394/96, que ela passa a representar os novos anseios e propósitos das décadas que viriam. A implementação desta Lei indica a intenção do Estado em modernizar sua economia a partir dos novos modelos de produção estabelecidos. Deste modo, a economia passa a ser o eixo norteador das políticas educacionais ao longo desta década. Diante do discurso do governo de educar para a modernização do Estado, a LDB entenderá a educação como um processo de preparação para o mercado de trabalho, sendo assim, pontos como habilidade e competência deveriam ser desenvolvidos pelo currículo proposto pela escola. Estas medidas, na verdade, indicam um modelo de educação ditado pelo mercado empresarial².

A Lei 9.394/96 promove, assim, uma educação voltada para o conceito de empregabilidade, adequando sua realidade educacional à realidade profissional exigida pelo mercado. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que durante os anos 1990

² É interessante observar que a partir dos anos de 1990 os empresários, de forma geral, passam a se interessar mais fortemente, pela educação. Como exemplo, citamos o movimento “Todos pela Educação”, criado em 2006, cuja “missão” é: “contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2015, *texto em html*).

as diversas políticas educacionais tiveram como suporte os conceitos de empregabilidade e competências. Os autores ressaltam, também, que através desta ideologia imposta pelo governo, a sua colocação no mercado de trabalho e seu desempenho profissional é de sua inteira responsabilidade, isentando assim, a culpa de fatores sociais.

A política educacional profissional do governo FHC não se resumiu ao ensino técnico. Ela abrangeu ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais do desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 38).

A Lei 9.394/96 trouxe consigo uma série de mudanças para a educação como mais autonomia para as escolas e universidades, criação de sistemas de avaliações desse ensino, descentralização, mudanças na gestão escolar. Neste contexto, Ramos (2014) esclarece que os anos 1990 trouxeram importantes reformas no sentido de atender as novas expectativas do mercado, o Estado passa a ter uma atuação mínima e, assim, o Estado passa a descentralizar seus deveres, a exemplo disso, ocorrem as privatizações e terceirizações. Observamos, portanto, que o Estado transfere suas responsabilidades e deveres para as instituições não estatais. Desta maneira, reformas educacionais como a Lei 9.394/96 são estabelecidas de maneira que possa adequar os indivíduos a essa nova realidade, ou seja, o governo apresenta a implementação de uma educação profissional com vistas na formação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Ramos (2014) destaca que essas medidas, implementadas pela Lei 9.394/96 tinham como pressupostos ideias liberais sob influência das agências internacionais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais medidas foram possíveis devido ao novo padrão de acumulação do capital e produção tornando-se necessárias a readequação da sociedade a esse novo modelo. Neste aspecto, fica claro que a escola se restringe formar força de trabalho para inserção no mercado de trabalho, ou seja, a escola se esvazia de conceitos ricos na formação de seres humanos críticos e reflexivos capazes de intervir na sua realidade. Desta maneira, apoiado na justificativa de modernizar o Estado e garantir o progresso da economia, sob a ótica da globalização, vimos a promulgação desta Lei, e constatamos que a educação não foi tratada como um caminho para o fim da desigualdade social, mas apenas como um elemento para reforçar as desigualdades já existentes partir do ensino profissionalizante que, reproduziu e acentuou as relações de classes.

3. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA OU PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA?

Este capítulo traz à tona uma discussão sobre de que maneira os conceitos de cidadania, democracia e emancipação humana estão inseridos na prática educativa. Através da análise dos temas, procuramos contextualizar de que forma esses conceitos tem contribuído ou não para a perpetuação da lógica da inclusão excludente na educação. Nosso objetivo é apontar as diferenças entre educar para a cidadania no sentido de atender às expectativas da sociedade democrática e, para a emancipação humana com vistas a construção de uma sociedade justa e livre. Assim, nosso propósito aqui, é demonstrar a limitação do termo cidadania, uma vez que ela está ligada à lógica da sociedade democrática.

Neste capítulo apresentamos, também, as possíveis alternativas para a formação de uma sociedade justa e livre, por meio de uma educação que valorize o ser humano e tenha como preocupação o seu desenvolvimento integral, já que vislumbramos o fim da sociedade de classes. Portanto, educar para a emancipação humana torna-se o caminho mais apropriado na busca da construção de indivíduos plenos e realmente livres.

3.1. O Contexto da Educação para a Cidadania

O discurso da educação para a cidadania tão atual, nos dias de hoje, nos dá a ideia de uma educação voltada para a liberdade e democracia. Observamos que a articulação entre os termos educação e cidadania que se faz presente na Lei 9.394/96,

bem como demais documentos que regulamentam as políticas educacionais. Por isso, aparece nas escolas permeadas das ideias que reafirmam a lógica da sociedade de classes. Esses discursos transmitem a imagem que cidadania e democracia caminham na mesma direção, como se uma fosse o reflexo da outra. Desta forma, temos a concepção de que ao educar para a cidadania, estaríamos educando para a democracia e liberdade. Com base nesse discurso, os indivíduos são levados a acreditar que a educação voltada para a formação da cidadania seria uma forma de conquistar seus direitos.

Além disso, a proposta de uma educação para a cidadania também envolve aspectos da individualidade, propriedade, igualdade. Estes conceitos nos fazem ter a ideia que todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades e que sua trajetória de sucesso/fracasso dependerá exclusivamente dele. Assim, educar para a cidadania seria legitimar a divisão de classes, uma vez que dentro desta lógica as desigualdades sociais são fruto das escolhas de cada um. Segundo esses conceitos, cada indivíduo tem suas aptidões e goza da liberdade para fazer suas escolhas, ou seja, a sociedade dividida em classes é totalmente justificada pela escolha de cada um. Educar para a cidadania significa dizer que todos os indivíduos têm oportunidades iguais e que é de cada um a responsabilidade na sua ascensão social, cada indivíduo é livre, tem suas aptidões individuais para determinar sua posição social. Desta maneira, o Estado reforça a condição das desigualdades ser responsabilidade de cada um e naturaliza este cenário.

O que queremos destacar nesta concepção de educação para a cidadania é um conceito limitado do termo, uma vez que um indivíduo cidadão não significa necessariamente que o mesmo tenha sua emancipação garantida. Tonet (2005) a partir da concepção marxiana, ressalta que o ponto de partida do ser social é o trabalho, ele é quem estabelece a relação homem x natureza e suas transformações. Dentro desta lógica do trabalho, temos homens livres e proprietários que compram força de trabalho e há aqueles que não são detentores de propriedade que vendem sua força de trabalho, mas que também são livres. Fica claro que a cidadania como sinônimo de liberdade não indica o fim das desigualdades, já que mesmo os cidadãos livres que não são proprietários são obrigados a vender sua força de trabalho, ocasionando assim a exploração desses indivíduos. Segundo Tonet:

Isto significa indivíduos livres, iguais e proprietários. Sem estas qualidades, a sociabilidade capitalista não poderia funcionar. Note-se, porém, que os indivíduos não aparecem como homens integrais, mas apenas como contratantes. É apenas nesse sentido que são iguais, livres e proprietários. O que temos, então, é que a igualdade de raiz (economia) se inverte em uma forma de igualdade, de liberdade e de propriedade (TONET, 2005, p. 6).

A partir desta análise mais aprofundada proposta por Tonet, identificamos que a formação de sujeitos cidadãos não implica na construção integral de um sujeito capaz de romper com as barreiras da exploração, desigualdades e as divisões sociais do trabalho. Tonet esclarece que a cidadania, tão comum nos discursos de hoje em dia, refere-se apenas a um exercício da vida política, nada tem a ver com a emancipação humana tão desejada pelas classes menos favorecidas. Tonet (2005), ressalta que mesmo uma educação voltada para a formação da cidadania não significa que formaremos cidadãos emancipados.

Torna-se claro, portanto, que a cidadania é um termo limitado, restringindo somente ao campo da política. Tonet (2005) nos deixa claro que ser cidadão remete sim a sujeitos livres, mas somente numa dimensão política e não social, como erradamente (propositalmente) é passada a sociedade. Ou seja, a liberdade e democracia, bandeiras da cidadania, não são responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa. Tonet (2005) nos alerta que mesmo uma sociedade repleta de cidadãos livres, ainda há a divisão social do trabalho, uma vez que nem todos são detentores de propriedade e com isso são obrigados a vender sua força de trabalho. Esta divisão da sociedade é responsável por uma sociedade de classes. Tonet afirma:

Por mais direitos que o cidadão tenha e por mais que esses direitos sejam aperfeiçoados, a desigualdade de raiz jamais será inteiramente eliminada. Há uma barreira intransponível no interior da ordem social capitalista. Como consequência, a busca, hoje, pela construção de um mundo cidadão é uma possibilidade absoluta. Em resumo: sem desmerecer os aspectos positivos que a cidadania representa para a autoconstrução humana, fica claro que ela é, por sua natureza mais essencial, ao mesmo tempo, expressão e condição de reprodução da desigualdade social e, por isso, de desumanização (TONET, 2005, p. 3).

Podemos concluir, portanto, que um cidadão é aquele indivíduo consciente de seus direitos e deveres, por isso um discurso tão fortemente de educar para a cidadania é propagado nas escolas, a cidadania seria vista como sinônimo de liberdade e sua concepção estaria voltada para a formação de sujeitos livres, conscientes de seus direitos. O que observamos, porém, a partir das contribuições de Tonet é que essa liberdade é exercida de forma limitada. Tonet (2007) ao dissertar sobre a cidadania,

exemplifica que ela está sob a ótica capitalista cujo ponto primordial seria a compra e venda da força de trabalho. Estas relações de produção são responsáveis pela divisão social do trabalho e suas conseqüentes desigualdades sociais.

Nosso propósito aqui é esclarecer o quanto o conceito de cidadania é limitado e não reflete de fato uma sociedade justa e igualitária. O conceito de liberdade tão disseminado na cidadania retrata apenas cidadãos livres para que possam reproduzir as relações de produção existentes, condição esta necessária para à lógica capitalista. O que se busca efetivamente é a emancipação humana e não somente a emancipação política (cidadania) como veremos no tópico a seguir.

3.2. Fundamentos da Educação para a Emancipação Humana

No propósito de uma sociedade justa e igualitária, apontamos a educação enquanto instrumento para a emancipação humana, onde o indivíduo seria o centro da sociedade. Neste sentido, a educação não seria mais ditada pela lógica do mercado e do capital, a tarefa de educar teria como objetivo a transformação social de uma maneira ampla amparada na emancipação do homem. Mészáros (2007), aponta que isso será possível com uma educação voltada para os interesses de toda a sociedade e não somente uma educação que atenda aos interesses do mercado e suas formas de dominação e exploração.

Neste sentido, temos uma educação disposta a romper com a lógica do capital e seus processos de opressão de uma classe sobre a outra. Mészáros (2007) destaca o papel da educação nesse contexto, uma vez que ele ressalta sua importante função na busca pelo fim das desigualdades. O autor propõe uma educação para além do capital, como possibilidade para construirmos uma sociedade sem que seja nos moldes da reprodução das classes.

É interessante notar que ao longo do tempo a educação, através de sua ideologia tem transmitido aos indivíduos, formas de legitimação dos interesses da classe dominante e com isso reforçando a divisão da sociedade em classes e suas conseqüentes desigualdades. Este processo de ratificação implica em formas de dominação e manipulação e impede que a classe dominada perceba a exploração a qual é submetida. Para Mészáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu - no seu todo propósito - de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal

necessário a maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa a gestão da sociedade ou na forma internacionalizada [...] (MÉSZÁROS, 2007, p. 113).

Vale destacar que contra esse sistema, Mézáros apresenta uma concepção de educação que efetivamente propicie no indivíduo sua emancipação humana, baseada num conceito amplo capaz de proporcionar uma educação plena contínua. Desta maneira, o autor ressalta que será possível uma verdadeira transformação social pronta a romper com a lógica do capital. Neste conceito, a educação não estaria mais a serviço do capitalismo, mas sim de uma educação que pudesse formar indivíduos realmente livres, conscientes e críticos.

O que Mézáros (2007) almeja é uma ordem social diferente da que temos, para isso pressupõe a universalização do trabalho e da educação, combatendo a internalização de valores que permitem a reprodução das desigualdades. Neste sentido, destaca o papel da educação ao assumir a mesma como um importante mecanismo na criação de uma nova ordem social. Desta maneira, a escola não seria apenas um mero reprodutor das relações sociais, o que se pretende é romper com a concepção da escola como um aparelho ideológico do Estado que, através da ideologia, é capaz naturalizar as formas de dominação e exploração de uma classe sobre a outra. Busca-se uma ordem social, onde não só os interesses da classe dominante sejam levados em conta, mas sim a escola como um espaço de construção da emancipação humana.

Fica claro, portanto, a necessidade de ruptura com o sistema capitalista, para assim construirmos uma educação que provoque no ser humano sua verdadeira emancipação humana. Ou seja, neste contexto de educação, propõe-se formar indivíduos livres, conscientes, capazes de superar os modelos de alienação que são submetidos pela ideologia dominante. Entendemos a educação como um ato social, político e cultural que tem como pretensão formar o indivíduo integral e pleno. A educação, no que tange a emancipação humana, tem como pressuposto a preocupação na formação de todos os aspectos do ser humano, não se limitando apenas a formação para o mercado de trabalho obedecendo a lógica capitalista e suas formas de alienação e dominação das classes submissas.

3.3. Caminhos Possíveis de Formação Para o Trabalho da Classe Trabalhadora

Na busca por uma educação preocupada com o desenvolvimento do ser humano e formação de indivíduos críticos capazes de atuar na transformação da

sociedade, abordaremos, neste tópico, uma proposta de educação que provoque no indivíduo sua emancipação. Para isso, nos apoiaremos na proposta de educação promovida por Gramsci, quando discute acerca da escola unitária.

Um exemplo de materialização dos princípios da escola unitária de Gramsci, com vistas a alcançar uma educação voltada para a formação de indivíduos críticos, citamos como exemplo, a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), quando procura articular as práticas educativas à formação política desses indivíduos, levando em consideração suas experiências diárias, rompendo assim com os muros da escola. Este modelo de educação adotado pelo MST tem como objetivo a criação de espaços escolares que atendam de fato as necessidades dos indivíduos e não estejam propensas às exigências do mercado e do capital. Para tal, Cestille (2009) aponta alguns aspectos que são levados em consideração na elaboração de um modelo de educação libertadora. Cestille (2009), ressalta que esses princípios revelam o caráter da proposta de educação que o MST apresenta, uma vez que os mesmos orientam a ação educativa do movimento. Ao longo do texto abordaremos esses princípios.

A educação do MST está pautada na construção de uma nova ordem social baseada no fim da sociedade de classes, assim, a tarefa de educar adquire um novo sentido, busca-se educar para a transformação social e não mais para a reprodução da sociedade. Esta perspectiva de educação proposta por Gramsci com a criação da escola unitária, é colocada parcialmente em prática, pelo MST, uma vez que reconhece a educação como um direito de todos e processo imprescindível na formação integral do ser humano.

Na proposta de Gramsci ao defender a escola unitária, tem-se como princípio a emancipação humana, tão fundamental para romper com a sociedade capitalista. Gramsci em seu modelo de educação articula o saber técnico ao saber humanista e intelectual, sua preocupação é proporcionar a formação humana do indivíduo, não privilegiando na qualificação profissional. Para isso, Gramsci propõe um modelo de escola unitária, comum e desinteressada no sentido de alcançar a todos e garantir uma educação que prepare de maneira igual todos os indivíduos.

Gramsci acredita que para estabelecer uma nova forma de organização da sociedade, sem diferenças sociais, era preciso uma proposta de educação que

favorecesse a formação integral de todos os indivíduos, tanto a classe dominante quanto a dominada deveriam receber o mesmo tipo de educação, já que, o que observamos é uma educação diferenciada para a classe trabalhadora, com foco na formação para o trabalho e, para a classe elitista, uma formação voltada para o desenvolvimento intelectual.

Assim, a proposta da escola unitária percorre o campo da política na busca da eliminação das desigualdades sociais. Neste sentido, Gramsci defende uma escola que valorize a formação plena do indivíduo desde a formação técnica até a formação intelectual. A escola não será apenas um espaço de reprodução da estrutura de classes existente, a escola unitária vai de encontro à lógica do capital e de seu discurso propagado por ela. A escola poderá romper com a reprodução dos modelos de produção e estará em condições de assumir um papel fundamental na busca pela emancipação da classe trabalhadora. Com isto, a educação atingiria uma função não só profissionalizante, mas também, política e conscientizadora.

Esta percepção de escola unitária enquanto formadora de indivíduos críticos e reflexivos é observada na proposta de educação adotada pelo MST, uma vez que ela é norteada de princípios que perpassam o campo da reflexão. Tem-se como objetivo despertar nos indivíduos não só a tomada de consciência na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, mas procura-se, também, através dessa tomada de consciência desenvolver sujeitos capazes de intervir na realidade social. Ou seja, a ação educativa ultrapassa os limites da teoria, procurando levar para o campo da prática seus objetivos. Desta forma, a formação dos sujeitos não está só preocupada em identificar e apontar os problemas da sociedade, mas sim formar indivíduos que alcancem o campo da ação, que de fato lutem por uma sociedade sem diferenças.

Nesta perspectiva, a educação proposta pelo MST estabelece que a relação entre a prática e teoria devem estar integradas, propõe-se que a prática educativa esteja associada à realidade dos educandos. Assim, o processo de aprendizagem se dá por meio da realidade do aluno, a educação é uma prática dentro do contexto social e cultural que o indivíduo está inserido. O MST entende que é necessário conhecer a si e sua realidade, para então compreender a realidade do mundo. Esta educação está pautada no indivíduo como centro do processo de aprendizagem, tem-se como preocupação a formação integral do ser humano. Valoriza-se o indivíduo e suas relações sociais a partir da sua realidade.

Para o MST, a educação deve ser uma prática em que o conhecimento é algo socialmente construído a partir da realidade daqueles que fazem parte desse processo. Baseado na escola unitária, busca-se desenvolver no indivíduo não só as habilidades manuais, mas sim uma educação *omnilateral*, ou seja, uma educação que defenda a formação política, cultural, social. Esta formação voltada para as diferentes dimensões do ser humano tem como objetivo sua emancipação e uma prática educativa libertadora que rompa com os ideais do capitalismo e suas conseqüentes formas de exclusão.

Gramsci acredita que o trabalho é capaz de estabelecer novas relações de produção e, portanto, novas relações sociais, isentas de diferenças. Por isso, considera o trabalho como um princípio educativo fundamental na formação da classe trabalhadora. Baseado nisso, a proposta desenvolvida pelo MST tem como princípio educativo o trabalho, o que cabe destacar nesta lógica é a formação do trabalho como uma prática social que desenvolva nos indivíduos aspectos de cooperação, organização, participação. Diferentemente das práticas educativas que vimos ao longo do texto, o MST ao definir o trabalho como eixo norteador das suas práticas, tem como objetivo estabelecer novas relações sociais baseadas na igualdade, respeito, cooperação. Pretende-se, com este tipo de educação, formar indivíduos que veem o trabalho como um elo entre o ser humano e a natureza. Nesta concepção, a educação não é tida como propósito a atender as adequações do mercado e da economia. O trabalho é entendido como um processo de socialização dos indivíduos. Portanto, educa-se para o trabalho e não para o mercado de trabalho.

Percebemos, portanto, que a proposta de uma escola unitária está relacionada a formação integral do indivíduo, articulando o saber profissional ao saber humanista, ou seja, a junção de prática e teoria. Diante deste cenário, esta pesquisa buscou salientar que existem movimentos de luta contra o ensino meramente profissionalizante, uma vez que, entendemos que o mesmo segue a lógica capitalista. Assim, mesmo na sociedade capitalista a escola pode assumir a postura de reprodutora ou transformadora. A escola, enquanto instrumento de dominação, atua reproduzindo e legitimando a sociedade de classes. É importante ressaltar que dentro deste espaço de reprodução, encontramos pessoas e movimentos engajados na busca por uma educação que privilegie a formação integral do indivíduo, capaz de romper com a lógica capitalista e seus meios de dominação. Destacamos aqui as possibilidades de uma

escola libertadora que provoque no indivíduo uma formação crítica e reflexiva capaz de intervir na própria realidade. Para tal, destacamos a escola como um espaço que valorize as relações sociais superando os modelos impostos pelo capitalismo. Neste sentido, a práxis educativa deve ser libertadora e conscientizadora, contemplando a formação integral do indivíduo. Deste modo, a educação assume um caráter transformador que proporciona o indivíduo se identificar como sujeito da história. Nesta concepção temos uma práxis educativa baseada no diálogo, colocando o indivíduo no centro do processo educativo.

Conforme Cestille (2009), identificamos na ação educativa do MST uma proposta de educação voltada para o trabalho de forma que potencialize todos os aspectos de sua formação possibilitando sua emancipação. Temos, portanto, um projeto de escola unitária, onde a formação integral do indivíduo será priorizada, a educação está voltada para desenvolvimento tanto das aptidões manuais quanto das intelectuais. Desta forma, o trabalho é compreendido como uma relação entre homem e natureza de maneira a produzir meios para sua existência. Com suas palavras afirma:

Para a qual o MST coloca como necessidade uma prática educativa, em que o princípio educativo do trabalho não seja apenas uma metodologia a ser desenvolvida, mas uma prática a ser vivenciada. Constata-se, conforme indicado na análise documental e pesquisa de campo, que o MST busca construir um novo paradigma de sociedade, onde a centralidade esteja no trabalho concreto voltado para a garantia das necessidades de todas as dimensões da vida humana e não apenas para o mercado e a formação humana com base na dimensão cultural e social, de um sujeito integral, com capacidade crítica e de reflexão (CESTILLE, 2009, p. 66)

A escola unitária de Gramsci tem como propósito romper com o caráter conformista e consensual da educação da classe trabalhadora, com vistas na perpetuação da divisão das classes. Na concepção de educação apresentada pelo MST, que se utiliza dos princípios da escola unitária de Gramsci, observamos o caminho inverso, uma vez que percebemos a presença de uma educação que busca privilegiar elementos da formação humana de modo que todos os indivíduos sejam inseridos socialmente nesse processo.

Diante do exposto, identificamos a escola unitária como uma referência para a luta por uma educação com vistas na formação integral do ser humano, onde todas as suas potencialidades possam ser desenvolvidas. Desta maneira, entendemos que é possível sim, termos uma educação pública, gratuita e universal que contemple a

formação de um indivíduo crítico, reflexivo e que seja capaz de intervir na realidade e propor uma transformação na busca por uma sociedade sem desigualdades sociais. Os princípios da escola unitária nos mostra caminhos alternativos de formação para a classe trabalhadora, numa perspectiva do trabalho como eixo norteador, ou seja, a formação para o trabalho entende-se aqui como o meio pelo qual o homem é capaz de relacionar-se com a natureza e com os indivíduos. Desta maneira, extingue-se qualquer possibilidade de usar a formação para o trabalho como elemento de exploração e dominação de uma classe sobre a outra.

CONCLUSÃO

Por meio da análise do espaço escolar e suas funções, identificamos a escola como uma instituição fundamental no papel de reprodução das relações de produção na sociedade capitalista. Tomando como pressuposto a escola como um dos principais AIE (Althusser, 1985), compreendemos a lógica capitalista no que tange a reprodução das relações de dominação e exploração. Por meio da transmissão de seus saberes e conhecimentos, a escola inculca nos sujeitos a ideologia da classe dominante sem que os mesmos percebam tais relações de exploração. Desta maneira, a escola corrobora para a manutenção e perpetuação das desigualdades sociais. Ou seja, através da ideologia imposta, a escola contribui de maneira essencial na reprodução divisão social e do trabalho.

Entendemos, portanto, a escola também como um espaço de reprodução das relações de produção, contribuindo desta maneira, para a lógica capitalista. A partir desta análise, identificamos a construção de uma escola dualista que tem como objetivo fornecer diferentes tipos de educação as diferentes classes da sociedade. O que se pretende com isto, é uma formação intelectual para burguesia e uma educação voltada para o mercado de trabalho para a classe menos favorecida. Através desta pesquisa, apontamos de que maneira a escola pública brasileira tem contribuído para este tipo de educação. É importante frisar a escola como um espaço de disputas onde interesses da classe dominante são disseminados em busca da manutenção da ordem social vigente, porém a partir do exposto, também objetivamos mostrar a possibilidade da escola enquanto uma instituição preocupada com formação integral dos indivíduos,

sendo assim, capaz de alterar a realidade. Ou seja, não pretendemos aqui mostrar apenas o caráter reprodutor da escola uma vez que nossa análise não se limitou mostrar a escola somente como uma instituição à serviço da classe dominante e para a reprodução da sociedade, mas sobretudo, procuramos demonstrar a escola, também, como um espaço de lutas onde os sujeitos, no cotidiano do espaço escolar, lutam para tornar esta instituição um espaço transformador e, conseqüentemente a transformador da realidade da sociedade.

Através da análise das Leis 5.692/71 e 9.394/96, percebemos, uma escola que se expõe dualista, na medida em que, através de suas políticas de formação para o trabalho, apresenta para a classe trabalhadora uma formação pautada na ideologia da classe dominante que tem como objetivo manter a divisão social e suas desigualdades. A análise das referidas Leis, nos permitiu constatar que a classe menos favorecida economicamente, recebe uma educação dirigida ao mercado de trabalho, sem espaço para o desenvolvimento de uma educação reflexiva. Desta maneira, a classe dominante garante as relações de dominação e seu papel de explorador. Torna-se evidente, a escola pública como uma instituição que está à serviço das classes dominantes, colaborando para a perpetuação das classes sociais e sua lógica capitalista.

Como alternativa a esta lógica excludente e desigual, esta pesquisa apontou possíveis caminhos para a construção de uma educação emancipadora, a partir da proposta do MST. Ressaltamos a importância de uma educação capaz de contribuir com a ruptura da sociedade capitalismo e sua divisão de classes. Assim, sugerimos a escola como um espaço de transformação social e um instrumento potencializador do ser humano, que tenha como propósito a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, Maria; CAMPOS, Maria; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Autores Associados, 2000, p. 96-115.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 6. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CESTILLE, Jovana As atividades culturais na proposta educativa do MST. **RETTA** (Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas. Seropédica (RJ), Vol. 1, n. 2, 2010, EDUR, 2010, p. 85-104.

CHAUÍ, Marielena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001, p. 130-155.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia de Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MACEDO, Jussara Marques de. **A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010**. 2011. 2 v. 494 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3, Vol. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. LOCAL: Civilização Brasileira, s/d.

MÉSZÁROS, Istvan. **Educação para além do capital**. 2007. Disponível em: <<https://cacsuece.files.wordpress.com/2010/09/educacao-para-alem-do-capital-istvan-mezzaros.pdf>>.

Acesso em: 08/06/2015.

NASCIMENTO, Maria Isabel; SBARDELOTTO, Denise. A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci. **Revista HISTEDBR On line**, Campinas, n.30, 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/30/art17_30.pdf>. Acesso em: 12/06/2015.

OLIVEIRA, Dalila. Política Educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, Luiz; PARO, Vitor (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xama, 2001.

RAMOS, Moacyr Salles. **Limites e possibilidades do PRONATEC como ação governamental de ampliação do acesso à educação profissional: uma análise a partir da experiência do IFRJ**. 2014. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Rural Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, n. 23 de 2005. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 31/05/2015.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana? In: _____. **Espaço Acadêmico**, n. 44 de 2005. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 03/06/2015.

TONET, Ivo. Cidadão ou homem livre? (Nova versão). In: _____. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2007. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 03/06/2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De olho nas metas 2013-14**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>>. Acesso em: 05/07/2015.